A CRISE DO MEIO AMBIENTE SOB A PERSPECTIVA JURÍDICA

Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini
Ana Carolina Da Silva Resende
Luciana Leal De Carvalho Pinto
Felipe De Almeida Campos
Joyce Moret Ferreira

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

Sabe-se que hodiernamente há uma grave crise ambiental a qual necessita da atuação do Direito em prol de cessar e evitar a maior disseminação de crimes ambientais, por meio de normas e sanções, as quais visam sanar atos ilegais em face do meio ambiente. Nota-se que diversas áreas do direito podem se relacionar diante de um mesmo tema, sendo, por exemplo, apresentados o Direito Ambiental, Penal e Humano. Dessa maneira, vale abordar que com os focos de desmatamento em massa, poluição, incêndios e dentre todos os atos lesivos à natureza é de suma importância abordar a lei de Crimes Ambientais e o Tribunal Penal Internacional, cujos possuem relevância não apenas no Território Brasileiro, mas também, em âmbito internacional.

Objetivo

O objetivo desta proposta é abordar como o direito possui grande importância para a preservação do meio ambiente, apresentando as principais áreas atuantes e os meios utilizados para julgar os danos causados e preservar o meio ambiente.

Material e Métodos

Foi utilizado para redigir esse material a letra de lei que visa o Direito Ambiental, por meio da Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998) e a norma que redige sobre a TPI. O método utilizado para a formulação do trabalho foi a leitura das normas, tendo como base os aspectos que ocorrem nos dias atuais, sendo observado a perspectiva jurídica diante dos danos causados ao meio ambiente, levando, assim, em consideração a importância do direito diante do problema abordado.

Resultados e Discussão

De certo que o TPI (Tribunal Penal Internacional) possui o papel de justiça em escala internacional, sendo responsável, dessa maneira, por agir diante da responsabilização por crimes ambientais, proteção dos recursos naturais e conscientização, visto que a ação da TPI atrai a atenção global diante de questões ambientais, fator, o qual contribui para incentivar governos a adotarem a sustentabilidade. Ademais, em âmbito nacional a Lei de

Crimes ambientais assume a responsabilidade de proteger o bioma brasileiro, uma vez que ela estabelece normas e sanções penais e administrativas para condutas e atividades que atinjam de maneira negativa a natureza, visando, assim, prevenir e reprimir os atos lesivos ao meio ambiente.

Conclusão

Em suma, por meio de ações jurídicas é possível contribuir para a preservação do meio ambiente, o qual é essencial para, não apenas garantir uma boa qualidade de vida atualmente, mas também, para que as gerações futuras possam ter a oportunidade de usufruir o direto de um ambiente saudável.

Referências

D4388 (planalto.gov.br) - Norma que redige sobre a TPI
L9605 (planalto.gov.br) - Lei de Crimes ambientais